



Anais da Assembleia

N.º 48

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 06 DE MAIO DE 1977

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 70.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 1977.

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Ivan Rüppel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Léonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Bufara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os números 37,38,39, 42, 43, 44 e 45/77, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sido **SANCIONADO** os Projetos de Lei números:

128/76 Do Senhor Deputado Paulo Camargo, que dá nova Redação ao Art. Primeiro da Lei número 6.258 de 25/12/71, declara de utilidade pública a Associação de Senhores de Rotarianos da Cidade de Umuarama, o qual convertido em Lei tomou o número 6.864.—**Agradeça-se.**

41/76 Do Senhor Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores do Instituto Nossa Senhora das Mercês, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6.865. — **Agradeça-se.**

120/76 Do Senhor Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a Entidade denominada Obras Sociais e Educacionais na Igreja de Deus no Brasil, com sede nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o n.º 6.866. — **Agradeça-se.**

132/76 Do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes, que declara de utilidade pública, a Sociedade Beneficente dos Oficiais das Forças Armadas - SBOFA, com sede na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, o qual convertido em lei tomou o número 6.870. — **Agradeça-se.**

137/76 Do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que fica denominado Ponte Aparecido Bezerra Guedes, a ponte construída sobre o Rio, na localidade de Porto Ubá, Estrada que liga os Municípios de São Pedro do Ivaí a São João do Ivaí, o qual convertido em lei tomou o número 6.867. — **Agradeça-se.**

135/76

Do Senhor Deputado Dácio Leonel de Quadros que declara de Utilidade Pública a “COLSAN LONDRINA — SOCIEDADE DE COLETA DE SANGUE”, com sede e foro na cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o número 6.868.— **Agradeça-se.**

139/76

Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que declara de Utilidade Pública a Associação das Emissoras de Rádiodifusão do Paraná — AERP, com sede na Cidade em que residir o Presidente da mesma, e foro na Capital do Estado, o qual convertido em Lei tomou o número 6.869.—**Agradeça-se.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer sejam colocados na Ordem do Dia, os Projetos de Lei números 195/68, 199/68, 60/74, 169/74, 18/75, 79/75, 80/75, 81/75, 82/75, 85/75, 119/75, 137/75, 160/75, 181/75, 79/76 e 115/76, anexando-se à publicação da Ordem do Dia o Parecer número 10/75 da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, de 14 de outubro de 1975, e “A INCIDÊNCIA DO ATO COMPLEMENTAR NÚMERO 46” do Gabinete de Assistência Técnica da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1977.

(a) Luiz Roberto Soares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Valter Pietrângelo, Deputado que ao final subscreve, requer, após a aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem DNER, solicitando a anulação da concessão feita à Viação Garcia Ltda., para exploração do serviço de transportes de passageiros na linha CAMPO-MOURÃO/SÃO PAULO, e a abertura da concorrência exigida.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1977.

(a) Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

É simplesmente incompreensível e revoltante a facilidade com que se pisoteia leis vigentes neste País.

De nada adiantou e para nada valeu o Exmo. Sr. Emílio Garrastazu Médici, ex-Presidente da República Federativa do Brasil, assinar o Decreto 68.961, de 20 de julho de 1971 que “REGULAMENTA O TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DE CARÁTER INTERESTADUAL E INTERNACIONAL POR ESTRADAS DE RODAGEM”

Solicito e servil, para atender interesses da intocável e absolutista Viação Garcia Ltda., houve por bem, o DNER, órgão do Governo da República, entregar, de mão-beijada, à poderosa empresa, o direito de explorar o serviço de transportes de passageiros no percurso CAMPO MOURÃO-SÃO PAULO, há poucos meses solenemente inaugurado, sem ao menos dignar-se a propor a necessária concorrência.

ISTO, EM FLAGRANTE DESRESPEITO À DIVERSAS OUTRAS EMPRESAS E PRINCIPALMENTE PARA COM O EXPRESSO NORDESTE, UMA EMPRESA GENUINAMENTE MOURÃOENSE.

É claro e indiscutível o Artigo oitavo do já citado Decreto presidencial que determina: “A CONCESSÃO DOS SERVIÇOS FAR-SE-Á MEDIANTE CONCORRÊNCIA E SOB CONTRATO

FIRMADO COM O VENCEDOR OU OS VENCEDORES DA LICITAÇÃO”.

Contudo, esse artigo contraria frontalmente as pretensões da sempre obsequiada Viação Garcia. Porisso, ele foi simples e inadvertidamente ignorado.

Para não melindrar a influente empresa londrinense, o DNER furtou-se ao dever colocando-se à margem da LEI não procedendo a ordenada abertura da concorrência. E, como escudo, valeu-se do artigo 12 do regulamento em tela, que em seu item IV, letra “b”, diz ser aquele trajeto, um prolongamento de linha e o local de novo terminal; não reunir condições de mercado de transporte auto-suficiente; constituir fonte secundária do mercado da linha prolongada.

Argüiu acertadamente o inteligente e dinâmico vereador José Pedroso Fabri, da Câmara de Vereadores do Município-Modelo do Paraná que, na sessão de 20 de abril do corrente ano, manifestando-se a respeito de nossos pronunciamentos anteriores quando em diversas oportunidades abordamos o assunto, assim se expressou: “Ora, Campo Mourão não constitui fonte secundária do mercado da linha prolongada e tão pouco Maringá necessita de outras fontes, pois possui auto-suficiência de passageiros, sendo que o nosso município reúne mercado sobejo para a linha Campo Mourão-São Paulo. Como prova disso, a Viação Garcia possui atualmente três horários diários para a capital paulista. COMO PODE O DNER ALEGAR O PROLOGAMENTO DE LINHA, DIANTE DA EXISTÊNCIA DESTES HORÁRIOS, PARTINDO DO ITINERÁRIO ORIGINAL?!!!”

O jornalista Wille Bathke Júnior, ainda no dia primeiro de agosto do ano passado, discorreu sobre essa irregularidade, redigindo matéria especial que, sob o título “LINHA CAMPO MOURÃO-SÃO PAULO, SEM CONCORRÊNCIA” veiculada no jornal “Tribuna do Interior”, critica veementemente a atitude por todos condenada, de iniciativa do DNER. Anuncia no corpo da reportagem, também o corajoso posicionamento da Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão. Eis um dos parágrafos: “Até alguns dias atrás, Campo Mourão não tinha uma linha de ônibus que ligasse diretamente esta região com a Capital de São Paulo”, e mais adiante, “As autoridades locais, cômicas do potencial econômico da região e conseqüentemente do potencial de passageiros numa possível linha direta CAMPO MOURÃO-SÃO PAULO, só não fizeram apelos ao DNER para que tomasse uma iniciativa de estabelecer concorrência pública para estabelecimento da ligação entre essas cidades, a ser explorada por duas ou mais empresas especializadas, com que os usuários da região estariam bem servidos — por terem conhecimento que tal órgão (DNER) estava procedendo estudos nesse sentido. Mas, estranhamente, ainda há poucos dias, a cidade foi surpreendida pela notícia de que uma empresa londrinense — Viação Garcia Ltda. — iniciaria a exploração da linha direta entre Campo Mourão-São Paulo” e a seguir, “A empresa Expresso Nordeste Ltda., sediada em Campo Mourão, com larga experiência no ramo de transporte coletivo, mantendo várias linhas estaduais e interestaduais NÃO PARTICIPOU DE NENHUMA CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA EXPLORAÇÃO DA LINHA CAMPO MOURÃO-SÃO PAULO”.

A população mourãoense foi ferida em seus brios. Foi desrespeitada. Foi ignorada.

E é soberba a justificativa: CAMPO MOURÃO POSSUI GRUPO EMPRESARIAL PRÓPRIO, COM PATENTEADA CAPACIDADE PARA SERVIR SATISFATORIAMENTE, NESTA ATIVIDADE, OS USUÁRIOS DO MUNICÍPIO E DOS 19 OUTROS POLARIZADOS PELA SEDE DA MICRO-REGIÃO 12 DO ESTADO”.

O alijamento da Expresso Nordeste foi um verdadeiro desestímulo aos empresários locais.

É de se inquirir: “POR QUE O INDISFARÇÁVEL BENE-

PLÁCITO POR PARTE DO DNER PARA COM A VIAÇÃO GARCIA LTDA? POR QUE TAMANHA “CORDIALIDADE”?

Resguardado o decantado pioneirismo da empresa londrinense, não existem outros motivos para os aconchegos e visíveis demonstrações de paternalismo.

E longe está a Viação Garcia de se impor como empresa que atende satisfatoriamente suas finalidades — que o digam seus usuários, que o digam os passageiros obrigados a valerem-se de seus serviços, principalmente os que se utilizam dos percursos: CURITIBA-PARANAÍ, MARINGÁ-PARANAÍ, LONDRINA-MARINGÁ, LONDRINA-PARANAÍ, LONDRINA-GUAÍRA, CURITIBA-MARINGÁ, outros e mesmo CURITIBA-SÃO PAULO e o próprio aquinhado trajeto CAMPO MOURÃO-SÃO PAULO.

Entretanto, tais considerações são totalmente desnecessárias. É por todos sabido que a inexistência de concorrência gera o descaso para com o usuário.

E está provado que é péssimo o atendimento da Garcia nas linhas das quais a empresa é senhora absoluta. O PASSAGEIRO QUE SE DANE! O PARANAENSE QUE SE LASQUE! E NÃO ADIANTA RECLAMAR CONTRA A TODA-PODEROSA PROTEGIDA PELO DNER QUE FAZ VISTAS GROSSAS ÀS SUAS IRREGULARIDADES, AOS SEUS DESSERVIÇOS! O CASTIGO É SEMPRE O PRESENTAR DE NOVA FONTE DE EXPLORAÇÃO!

Isto é prova de injustiça social. É prova patente da errônea política de distribuição de riquezas. O Paraná continua vivendo um assolado festival de besteiras, recordando Stanislaw Ponte Preta.

E sob as asas protetoras do DNER, a Viação Garcia continua firmando-se como detentora única do direito de cuidar da locomoção dos paranaenses. Só do direito!

Retornando à motivação principal da presente proposição, REQUEIRO À MESA O ENVIO DE EXPEDIENTE AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM, NO SENTIDO DE SOLICITAR A ANULAÇÃO DA CONCESSÃO À VIAÇÃO GARCIA, PARA A EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NA LINHA CAMPO-MOURÃO-SÃO PAULO E A NECESSÁRIA, EXIGIDA E IMPERIOSA ABERTURA DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA ENTRE TODAS AS EMPRESAS INTERESSADAS.

É vergonhosa a parcialidade engendrada para escantear, para alijar a Expresso Nordeste e outras entidades congêneres.

Faço recordar que à minha proposição nesse mesmo sentido, com data de 19 de outubro, o DNER não se dignou — até o momento — a promover qualquer manifestação a respeito. É desconsideração do DNER para com a ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA paranaense e portanto, para com todo o Povo do Paraná.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 48/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O artigo 1º da Lei número 6.015, de 29 de setembro de 1969, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º — O Distrito Administrativo e Judiciário de Lageado, situado no município de Ivaiporã e Comarca de Ivaiporã, passa denominar-se “REMEÓPOLIS”.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1977.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por finalidade corrigir distorção advinda com a lei número 6.015, de 29 de setembro de 1969, na qual, por equívoco, foi mencionado somente a criação do Distrito Judiciário de Lageado, omitindo-se a criação do

do Distrito Administrativo, sem o qual, seria impossível a aplicação daquela lei.

Por isso, apresentamos o presente projeto de lei que visa somente dar forma legal a um estado de fato gerado pela Lei número 6.015, para o que, esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao vermos hoje nas "Notas Políticas" do jornal a "Gazeta do Povo", o jornal que em sua imparcialidade procura sempre esclarecer a verdade brasileira, o jornal de alto conceito, de alto gabarito de nossa terra e de nossa gente, ficamos satisfeitos, Sr. Presidente, ficamos satisfeitos, Srs. Deputados, nós, como membros militantes da ARENA, ao vermos a referência a uma reunião realizada pelos Deputados arenistas da bancada federal, conforme consta em "Notas Políticas" deste conceituado jornal paranaense de projeção nacional.

Quando diz que os Deputados arenistas da bancada federal, pela primeira vez numa reunião federal da bancada, abriram fogo contra a tecnocracia dominante em muitos setores do País, iniciando uma verdadeira campanha pelo melhor tratamento das classes políticas.

Ao vermos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, homens do gabarito de Herbert Levy que lutou por este Brasil para o esclarecimento e para a democracia plena, como também pelo prestígio político de nossa querida Pátria.

Disse à certa altura este jornal conceituado:

— Podem ser muito respeitados mas não têm conhecimento da realidade brasileira.

Coisa que os políticos por palmilharem, Sr. Presidente, por palmilharem, Srs. Deputados, o País, passo a passo, em contato com o povo, sabem melhor do que ninguém a necessidade deste mesmo povo.

Já em certa altura também diz o Deputado Alexandre Machado da ARENA do Rio Grande do Sul, se queixando na mesma reunião:

— A ARENA deve ser uma trincheira de lutas, visando resolver os problemas econômicos e nacionais.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não tenhamos fobia pela tecnocracia, mas consideremos, Srs. Deputados, aquilo que é a verdade do povo, da nossa Nação, reconhecendo os políticos responsáveis, os políticos que lutam diuturnamente para que este País continue em busca do progresso e tenha a sua democracia plena.

Estão de parabéns os Srs. Deputados, está de parabéns a bancada da ARENA ao dizerem presente ao povo do Paraná e do Brasil. Para este povo que num esforço conjugado com a tecnocracia, mais primeiramente com o poder político, Sr. Presidente, com o poder político, Srs. Deputados, sofrem no labor do dia a dia, sofrem em contato direto com o povo brasileiro e com as classes menos favorecidas, que não querem outra coisa a não ser a tranquilidade, a paz e a prosperidade.

Queríamos oportunamente enviar um ofício de regozijo a estes dois valentes Deputados arenistas para que o Brasil saiba que na ARENA se procura acertar, que na ARENA se procura dar "a César o que é de César". Os tecnocratas que continuem trabalhando, mas que continuem em consonância e esforço conjugado com a classe política.

E assim, haveremos de ver em futuro próximo, as aspirações que são da bancada da ARENA e da bancada do MDB e de toda força política democrática do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Srs. Deputados e nossos respeitos ao Deputado Herbert Levi e ilustre representante do Rio Grande do Sul, para que continue nos esti-

mulando, para que a ARENA também possa lutar por este Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, ao Deputado paulista e também ao Deputado do Rio Grande do Sul, Alexandre Machado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrado a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado. Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 54/75, que autoriza o Poder Executivo reverter ao Município de Mallet, imóvel doado ao Estado pelo mesmo, conforme o registrado sob número 4434, Fls. 40, do Livro 3D, do registro de imóveis da Comarca de Mallet. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 54/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao município de Mallet, o imóvel doado ao Estado pelo mesmo município, registrado sob o número 4434, fls. 40, do Livro 3D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 50/76, que autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o rio Iguaçu, ligando os municípios de Capitão Leônidas Marques e Capanema, e dá outras providências. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 50/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte sobre o rio Iguaçu, ligando os municípios de Capitão Leônidas Marques e Capanema.

Art. 2º — As despesas com a execução desta lei, correrão à conta da dotação orçamentária própria a ser prevista nas próximas Leis de Meios.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 86/76, que autoriza o Poder Executivo a doar à "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância" de Pirai do Sul, imóvel que especifica. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 86/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância" de Pirai do Sul, o imóvel de propriedade do Estado, situado à rua Bernardo Barbosa Milleo, número 448, na sede daquele município.

Art. 2º — A doação do imóvel referido no artigo 1º da presente lei, registrado sob o número 3-F, das fls. 10 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pirai do Sul, constituído de terreno e prédio, onde atualmente funciona o Hospital e Maternidade Santo Antônio, cuja Associação de Proteção à Maternidade e à Infância é a mantenedora, fica condicionada às cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, de diversos projetos de lei, anexando-se à publicação da Ordem do Dia, o parecer número 10/75, da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Departamento de Estradas de Rodagem, objetivando a anulação da concessão feita à Viação Garcia Ltda., para exploração do serviço de transportes de passageiros na linha Campo Mourão-São Paulo, e abertura de concorrência exigida. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votação nominal, para o requerimento do Sr. Deputado Jurandir Messias, apresentado na sessão do último dia 3 do corrente. — Em votação.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, parece-nos que não há quorum para deliberação, nessa manhã. Assim, eu solicitaria uma verificação de votação para que se chegue a uma conclusão se há ou não quorum qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem um caminho a seguir. Inicialmente colocará, como já colocou em votação o requerimento do Sr. Deputado Ernesto Gnoato. Se verificada inexistência de número legal, a Presidência não votará a matéria, a não ser que V. Exa., usando de dispositivo regimental requeira a chamada nominal dos Srs. Deputados numa outra, numa segunda fase.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Ernesto Gnoato. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. — Rejeitado o requerimento.

O SR. ERNESTO GNOATO — Questão de ordem, Sr. Presidente. Pediria a V. Exa. que fizesse a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atende.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, queiram levantar-se. — (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

A Presidência indaga dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e Gabriel Manoel, como votam a matéria.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Voto com o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Não voto contra e nem a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — V. Exa. se abstém de votar? Regimental V. Exa. não pode ter esse procedimento.

O SR. GABRIEL MANOEL — Então vou votar com o requerimento do eminente Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Os Srs. Deputados

que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, pela ordem.

Diante da confusão que está se estabelecendo, inclusive porque o voto do eminente Deputado Gabriel Manoel está indefinido, ora é a favor, ora é contra, eu solicito da Mesa que se proceda a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atende V. Exa.. Solicito ao Sr. 1º Secretário que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados para a constatação de quorum.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Responderam a chamada nominal 21 Srs. Deputados.

Não há quorum para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 9, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 140/76.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 14/77.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1977

PALESTRA PROFERIDA PELO SR. SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, PROFESSOR BORSARI NETO, CUJA PUBLICAÇÃO NO "DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA", FOI SOLICITADA PELO SR. PRESIDENTE IVO THOMAZONI.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Declaro aberta a presente reunião que conta com a presença de S. Exa. o Sr. Secretário da Educação e Cultura, Professor Borsari Neto, que se dispôs a vir a esta Casa para um debate da Mensagem 63/77, em que o Executivo propõe a criação do Quadro Próprio do Magistério, instituído pela Lei Complementar número 07 do Estatuto do Magistério, cargos, conforme as especificações contidas no anexo da Mensagem. E, encaminha proposta com os novos níveis de atuação, e com novos níveis de vencimentos.

S. Exa. e Sr. Secretário, a Presidência deseja que esta reunião seja a mais informal possível, conhecendo o seu espírito altamente democrático, espera também que os debates que aqui se ferirão possam ilustrar os Srs. Deputados sobre as dúvidas que estão sendo levantadas, na tramitação do referido anteprojeto de lei.

Eu concederia a palavra ao Sr. Borsari Neto.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente, perguntaria se todos os Srs. Deputados foram comunicados da presença do Sr. Secretário nesta Casa; em caso afirmativo, pediria que fosse providenciado o chamamento dos Srs. Deputados nos seus respectivos gabinetes.

O SR. PRESIDENTE — Em primeiro, há informações de que o Sr.

Líder da ARENA, Deputado Luiz Roberto Soares, fez a comunicação em plenário durante a sessão de ontem. E a Presidência já determinou à Portaria que fizesse a comunicação em todos os gabinetes, e S. Exas. já se encontram nesta sala, para o início da sessão.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Secretário da Educação, Sr. Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente desta Assembléia Legislativa, Deputado Ivo Thomazoni; Sr. Líder da ARENA, Deputado Luiz Roberto Soares; Sr. Vice-Líder do MDB, representando o Líder, Deputado Enéas Faria; Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, desejo agradecer esta oportunidade que mais uma vez é dada à Secretaria da Educação e da Cultura, para nós comparecermos a esta Casa de Leis, para debatermos assuntos que entendemos do mais alto significado para o sistema educacional do nosso Estado.

Quero aproveitar ainda esta oportunidade, para externar e também lembrar, como das outras vezes que aqui estive, da satisfação que nós podemos colocar, com relação às visitas anteriores que aqui fiz.

Lembro-me muito bem, há pouco mais de um ano, aqui estive, quando nós não dispúnhamos ainda do Estatuto do Magistério, voltamos a esta Casa, com muita satisfação também na época, para discutirmos a Mensagem que procurava introduzir no sistema educacional, o Estatuto do Magistério; posteriormente, acompanhado de S. Exa. o Sr. Secretário de Recursos Humanos, voltamos novamente aqui, para debater à nível de Comissão, ainda, o Estatuto do Magistério. E daí, a minha grande satisfação porque hoje, nós nos encontramos num estágio, com uma situação já bastante diferente. Possui hoje o Paraná, um Estatuto já aprovado e, sobretudo, em consonância com a Lei 5692 de 1971.

E agora, nesse estágio, nós já estamos analisando uma Mensagem que vem dar início à implantação efetiva do Estatuto do Magistério. Eu em razão do convite que recebi, procurei me ater à Mensagem 63/77. Mas, apenas, para que não paire nenhuma dúvida, sei que para nenhum dos Srs. Deputados haveria este tipo de dúvida. Mas como houve citações neste sentido, gostaria de me referir, mais uma vez citar aqui, que quando nós publicamos o Estatuto do Magistério, antes da análise do veto, jamais poderia ter havido intenção da Secretaria de Educação e Cultura, de ferir os direitos desta dought Casa de Leis.

Nós publicamos este livro por várias razões:

Em primeiro lugar, porque o Decreto 205 que regulamenta a Secretaria da Educação e da Cultura determina que todos os atos atinentes à Secretaria da Educação e da Cultura devem ter a mais ampla, possível divulgação, inerente às suas atribuições. Segundo: em contato com a própria Imprensa Oficial, entendemos que se nós aproveitássemos a composição do "Diário Oficial" teríamos maior rapidez na impressão desta publicação determinando somente a confecção da capa.

E antes disso, tivemos também o cuidado de consultar até assessores desta Casa, do próprio Executivo e da Secretaria da Educação, e todos eles nos deram a informação de que uma vez, publicada no "Diário Oficial", isso passaria a ser Lei.

E na possibilidade de um desses vetos ter sido derrubado pela Assembléia Legislativa, seria uma nova lei. Deveria ser novamente publicado. Eu sei que não paira nenhuma dúvida a este respeito, e portanto, não poderia haver decisão tomada pela Assembléia Legislativa, com relação à matéria. E nós também estávamos sendo constantemente solicitados pelos Srs. Professores, para que fizéssemos esta publicação, para se inteirarem do Estatuto do Magistério. A lei foi publicada no dia 13 de janeiro no Diário Oficial.

Com relação à Mensagem 63/77, sabem todos os Srs. que a Lei Complementar Número 7, estabelece para nós já os níveis de atuação, as séries de classes, os níveis desses vencimentos, que vão de 1 a 5, a carga horária semanal, e o nível de formação de cada uma dessas classes.

Então, uma primeira medida para a complementação desta lei, exige que nós respondemos a duas perguntas: 1) - Qual o número de cargos? 2 - Quais os vencimentos?

O número de cargos: - Para que pudéssemos responder esta pergunta, tivemos que fazer um levantamento completo da situação do professor no Paraná e obtivemos, os seguintes dados:

nível 16, que é o professor normalista:

nível 16	15.435 cargos
nível 17	2.545 cargos
soma ou total	17.980 cargos

nível 18	1.472 cargos
nível 19	105 cargos
soma ou total	1.577 cargos

nível 20	302 cargos
nível 21	77 cargos
soma ou total	379 cargos

nível 22	2.892 cargos
nível 23	153 cargos
nível 24	1.507 cargos
soma ou total	4.552 cargos.

Devo ressaltar que aqui estão também incluídos aqueles professores que se encontram prestando serviços a outros poderes, como

em outros órgãos. Portanto, aqui observamos um total de 24.488 pessoas ou cargos.

Partindo destes números iniciais, a Mensagem 63/77 propõe diferentes estágios. Vou dar aqui os números agrupados por categoriais de professor e especialista em educação. Para professor nível 1:

nível 1	22.000 cargos, de 17.980 para 22 mil.
nível 2	2.000 cargos
nível 3	4.000 cargos
nível 4	20 cargos
nível 5	5.000 cargos.

O SR. ENÉAS FARIA - Eu tenho aqui, no anteprojeto, consta nível 3, 2.500 cargos.

O SR. SECRETÁRIO - É que aí está discriminado pelos diferentes níveis de atuação. Eu estou somando. Professores suplementaristas, não só professores efetivos. Ali onde os níveis estão em algarismo romano, somando, temos os diferentes níveis de atuação.

Para especialista no nível 3, teremos 4.030 cargos; nível 4, 4.170 cargos; nível 5, 2.500 cargos. O que nos dá, para especialista, 10.700 e para professor 35.520. Observamos, então, que para este total de 46.220 cargos, temos uma diferença a mais de 21.723 cargos.

Observamos que, em decorrência deste levantamento feito, dos cargos ocupados e possíveis retornos, apresentando esta primeira criação de cargos, teríamos condições de atender às necessidades do ensino, em função do número grande de cargos excedentes em relação aos que estão atualmente ocupados.

Fixamos, então, estes valores para a criação dos cargos, e isto é que está no anexo da Mensagem.

Com isto ficaria respondida a primeira pergunta para a preparação da Mensagem, quanto ao número de cargos a serem criados.

O SR. DENI SCHWARTZ - Gostaria de saber qual a razão desta diferença tão grande entre o nível 4 e os demais. Apenas 20 previstos neste nível?

O SR. SECRETÁRIO - Tivemos um cuidado muito especial quando fizemos isto e colocamos estes 20 mais como uma medida de segurança para o próprio professor. Na realidade não temos - pelo levantamento que fizemos - nenhum professor com habilitação correspondente à determinada pela Lei 5.692, neste nível. Nenhum dos professores, do arquivo da Secretaria de Recursos Humanos, pode ser enquadrado neste nível. O nível 4, conforme pode ser observado pelo anexo 1, é do professor com curso superior, licenciatura curta, duração de mais de um ano de estudos adicionais e nenhum dos professores nossos, naquela ficha, apresentava este tipo de habilitação.

Tivemos que colocar no anexo porque era uma determinação da Lei 5692 para todo o Brasil e, no Paraná, nenhum professor nestas condições. Como poderia ocorrer que um ou mais professores tivessem estado um período fora do Paraná, e com este tipo de habilitação colocamos para que não deixassem de ter uma oportunidade de aspirar a uma posição como esta.

Então, nesta medida preliminar, colocamos só este número para que pudesse ter uma previsão.

Como os Senhores podem ver, no artigo 2º desta Mensagem 63, não colocamos ninguém neste nível 4.

Falamos só em referência 1, 2, 3 e 5.

O SR. DENI SCHWARTZ - Obrigado.

O SR. SECRETÁRIO - Respondida essa primeira indagação e fixado esse número, vamos verificar a segunda pergunta: quanto pagaríamos, ou melhor, poderíamos colocar com vencimentos mensais em cada um desses níveis?

Então, partimos de que temos, inicialmente, aulas suplementares. Sabem todos os Srs. que, após o aumento, quando demos o aumento de 30 por cento, já o não licenciado passou a receber 26 cruzeiros e 30 centavos por aula; o professor com licenciatura curta, 28 cruzeiros e 90 centavos; e o com licenciatura plena, 37 cruzeiros e 60 centavos.

Portanto, pela primeira vez, descongelamos o valor do não licenciado, o valor da aula do não licenciado, que estava congelado há vários anos. E pela primeira vez, em 75 e 76, o aumento que demos ao valor-aula foi o mesmo que se deu ao pessoal estável: 30 por cento. Portanto, 30 por cento do valor anterior.

Vencimentos mensais: teríamos que fixar 5 vencimentos, para os níveis 1, 2, 3, 4, 5.

De início observamos que esses valores não poderiam ser fixados arbitrariamente, porque o Estatuto aprovado, no artigo 91, determina que o valor da aula extraordinária, para o não licenciado, será o equivalente a um noventa e nove avos do valor correspondente ao nível 2. Por que um noventa e nove avos? Porque o professor tem 22 horas semanais — e nós consideramos, para efeito desse cálculo, 4 semanas e meia por mês, o valor da aula seria um noventa e nove avos.

Então, essa Tabela de Vencimentos que poderia parecer, à primeira vista, completada com valores arbitrários, ela ficou com valor obrigatório. Portanto, o nível 2 perceberá 2 mil e 603 cruzeiros, para este nível. Isto é, 99 aulas multiplicadas por 26,30 o valor aula.

Como o Estatuto está em vigência, e como tivemos que, no fim do ano passado, prorrogar as aulas suplementares, temos a vigência desse valor até o ano que vem.

Para o nível 3, diz o Estatuto que o professor com licenciatura curta, ganhará por aula extraordinária um 99 avos desse valor. Então, 99 vezes 29,90, dará 2 mil e 861 cruzeiros.

Nível 4, embora nesse nível não tenhamos ninguém com essa habilitação, conforme expliquei ao Deputado Deni, diz o Estatuto que o professor com licenciatura plena, ganhará, por aula extraordinária, que lhe for deferida, o correspondente a um noventa e nove avos do vencimento do nível 4. Isso já é um parâmetro definido. 99 vezes 37 cruzeiros e 60 centavos, obtivemos aí, 3 mil e 722 cruzeiros.

Então, já estamos, para essa pergunta, com três respostas, quanto ao nível 2, 3, e 4, que era a única maneira que podíamos fixar para não alterar atos anteriores que já havíamos praticado, e que tinham vigência até março do próximo ano.

Parecia-nos, ainda que ficaria totalmente — mediante uma escolha mais livre — o número 5. Entretanto, para o nível 5 adotamos o seguinte critério:

O professor que terá possibilidade para ir no Nível 5 é o que se encontra hoje no Nível 22, no Nível 23 e no Nível 24. Então, nós pegamos o valor do Nível 24, que é o maior dos três Níveis 22, 23 e 24. Estes, do Nível 24, estão ganhando hoje 3 mil e 15 cruzeiros.

É evidente que vamos enquadrá-lo aqui onde temos já um parâmetro, 3.015 cruzeiros. Mas como para ganhar esta quantia ele é obrigado a dar 10 aulas, se ele optar pelo Nível 5, terá que também se sujeitar a dar 22 aulas, havendo então uma diferença de 12 aulas.

Pegamos então o valor da aula para licenciatura plena, 37,60, multiplicamos por 12, por 4 semanas e meia e achamos 2 mil e poucos cruzeiros mensais, o que resultou para o Nível 5, 5.135 cruzeiros. O SR. RENATO BERNARDI — Isso para 22 aulas?

O SR. SECRETÁRIO — Para 22 aulas. Todos aqui para 22 aulas.

Bem, respondendo então estes quatro itens, faltava um Nível ainda. Diversos estudos foram feitos entre a Secretaria de Educação, Secretaria de Planejamento, Recursos Humanos e Finanças e, em função das implicações que resultaram desta tabela para o Orçamento, chegamos a conclusão que este valor seria 1.850.

Está respondida então a nossa segunda pergunta. Quanto fixaríamos para cada um dos níveis?

Como processar agora o aproveitamento do pessoal que se encontra no Quadro Próprio do Executivo para o Quadro Próprio do Estatuto do Magistério?

É evidente que, para que ele possa ter os benefícios, precisa inicialmente ser incluído neste quadro. Os artigos complementares da Mensagem 63, determinam que para o Nível 1 deveremos aproveitar o pessoal que se encontra no Nível 16 e 17. Portanto, entram nesta posição 17.990 pessoas.

Para o Nível 2, o pessoal que se encontra no Nível 18 e 19, são 1.577 pessoas. O Nível 3, o pessoal que se encontra no Nível 20 e 21, apenas 379 pessoas. No Nível 4 já expliquei que não temos ninguém com esta qualificação e aqui, 4.500 no Nível 22, 23 e 24.

Bom, ...

O SR. ENÉAS FARIA — Só um instante apenas para permanecer continuando o raciocínio. Este número de professores fixados nos Níveis 22, 23 e 24 transpostos para o atual Nível 5, rigorosamente, são

os atuais professores, sem transposição de qualquer espécie? 16 e 17, somando um número x, número 1, 18 e 19 somando ao número 2, sem que houvesse transposição, por exemplo do Nível 16 ao Nível 24, é aproveitamento direto?

O SR. SECRETÁRIO — Aproveitamento direto. Quem se encontra hoje no Nível 16 e 17 entre para o Nível 1. E aqui poderia até se indagar. Isso é obrigatório? Eu digo então que isto não é obrigatório, podia-se deixar até como facultativo. Mas, só há benefícios. Por quê? Porque hoje, primeiramente, ele, do 16, 17, 18 e 19, que é o professor primário, normalista, dá 24 aulas semanais, passa então para 22. Há uma diminuição de carga horária. E, além disto, o aumento de vencimento. Permanece com as mesmas funções, apenas diminuindo o número de aulas semanais e ainda tem aumento de vencimento. Então, dificilmente alguém não desejaria ir para uma função dessas.

O SR. ENÉAS FARIA — Só para terminar esta etapa, uma observação:

A Lei 5692 inspirou, como tem inspirado, polêmicas. O espírito da lei, o objetivo da lei e é aqui que eu não consigo entender bem: se o professor dispõe de um nível de formação, não importando o nível de atuação, que o habilite a ir se colocar no nível 5 muito embora lecionasse no antigo primário digamos assim, com o advento do Estatuto ele imediatamente deveria ser classificado no nível 5, desde que portador desta classificação.

O SR. SECRETÁRIO — Não, não é automática essa inclusão aí.

O SR. ENÉAS FARIA — Pelo proposto na lei, não é, mas o espírito da lei é este.

O SR. SECRETÁRIO — Pode ser o espírito da lei, mas o que está em vigência não é isto.

Ele primeiramente, tem que entrar neste quadro; depois que ele entrar no quadro, e depois da sua regulamentação é que terá esta possibilidade de acesso.

O SR. ENÉAS FARIA — São dois aspectos importantes, “depois que entrar no quadro, e depois da regulamentação”, para discussão: “depois que entrar no quadro” — não terá cargo para ele ser aproveitado.

O SR. SECRETÁRIO — Por quê não?

O SR. ENÉAS FARIA — Porque os níveis 22, 23 e 24 atuais, praticamente voltariam...

O SR. SECRETÁRIO — Não. Então vamos voltar aqui um pouquinho...

O SR. ENÉAS FARIA — Nós temos dado aqui fornecidos, são 4.552 — níveis 22, 23 e 24 e é proposto 5.000.

O SR. SECRETÁRIO — Não, está aqui. O Sr. não esqueça do seguinte: eu tenho 3.360 estabelecimentos de ensino; em cada estabelecimento de ensino destes, eu tenho que ter no mínimo um diretor e um secretário; então o Sr. não esqueça que eu estou criando aqui, além disso, no nível 3, no nível 4, no nível 5, conforme...

O SR. ENÉAS FARIA — As informações que tenho em mãos não são seguras. V. Exa. saberá melhor. Nós teríamos hoje, no nível 16 e 17, em todos esses níveis, quase 3.000 professores habilitados a serem enquadrados no nível 5, por possuírem habilitação que os capacite.

O SR. SECRETÁRIO — Mas mesmo que fosse esse número, sinceramente não posso lhe responder, porque o nosso cadastro não está em condições de mandar essa informação, daí a necessidade do passo que nós demos. Só no nível 5 eu tenho, aqui, 2.500 cargos de especialista de educação; eu tenho 3 mil e poucos estabelecimentos onde eu posso colocar como diretor, como secretário, isto é, sou obrigado a colocar como diretor, como secretário. Então, só aqui eu tenho 2.500 que hoje estão com “O” ocupados.

O SR. ENÉAS FARIA — Mas de qualquer maneira aí se cria de qualquer maneira com essa lei, também, um número determinado de cargos para atender os especialistas de educação também.

O SR. SECRETÁRIO — Perfeito, Dotutor. Mas o Sr. pode me responder quantos desses 4.500 vão optar, aí, para especialista de educação?

O SR. ENÉAS FARIA — Que terão que ocupar necessariamente, esses cargos.

O SR. SECRETÁRIO — Esses cargos. Mas eles vão ocupar, e eles não ocupam este. Eles não podem ocupar os dois cargos ao mesmo tempo. Então eu gostaria que o Sr. somasse 5.000 com 2.500, 7.500. Eu acho que o ideal seria de raciocinarmos em termos de diferença de cargos criados.

O SR. ENÉAS FARIA — Há também, um outro aspecto que, talvez, merecesse a sua ilustração: — Como existe o nível de atuação e uma série de classes de atuação do professor, se distribuiria através dessas classes. Mas, vai se ver, pela criação dos cargos, nível I, que a classe C e E, não possuem os cargos criados; mesmo com a vacância que tenha a ocorrer, pelo aproveitamento dos especialistas, como se enquadraria os professores? Nível I, classe E, desde que não há cargo criado.

O SR. SECRETÁRIO — Ele pode mudar de nível de atuação, também porque se ele apresentar uma habilitação, ele pode passar do nível de atuação I, para o nível de atuação V, em algarismos romanos.

O SR. ENÉAS FARIA — Mas desde que, digamos, que a lei prevê, tanto o Estatuto como este Projeto que estamos analisando, prevê a possibilidade, é porque a possibilidade existe. Como se faria se ocorresse o fato de número determinado de professores viesse a se enquadrar, pela sua qualificação, no nível I, classe E.

O SR. SECRETÁRIO — No capítulo das Promoções, artigo 34, há indicação como poderia ser feito isto. "No intestício... (Lê) ... do artigo anterior". Na proposta que se fizer para abertura desta situação, estarão sendo criados os cargos correspondentes.

O SR. ENÉAS FARIA — Portanto, como ponto positivo, a partir da aprovação desta lei, qualquer remanejamento só terá possibilidade de ser feito, a partir daqui a dois anos.

O SR. SECRETÁRIO — Depende da necessidade do ensino.

O SR. ENÉAS FARIA — Só terá possibilidade, como não há criação de cargos, mediante a promoção.

O SR. SECRETÁRIO — Observada a necessidade do ensino, poderá ser aberto concurso antes.

O SR. ENÉAS FARIA — Mas, não resolveria a situação, a abertura de concurso e não seria possível, por não haver o cargo criado.

O SR. SECRETÁRIO — Mas, quando fosse da realização do concurso, seriam criados os cargos.

O SR. ENÉAS FARIA — O que eu entendo é o seguinte — que, hoje, realmente, existe um número de professores que, não sei quantos, se enquadrariam, se distribuiriam dentro desse enquadramento em várias classes onde não existem cargos criados. Se a necessidade do ensino não recomenda que seja criado hoje, esses professores seriam preteridos em relação ao espírito da lei.

O SR. SECRETÁRIO — Eles não estão sendo preteridos; é que em primeiro lugar, nós estamos necessitando que eles entrem no quadro para depois terem possibilidade de acesso. Realmente, nós não dispomos como nem o senhor; o senhor diz que é provável...

O SR. ENÉAS FARIA — Na verdade existe.

O SR. SECRETÁRIO — Existe mas não sabemos quantos. Somente depois deste levantamento que nós fizermos ao nível individual, podemos saber qual a posição deste pessoal. E depois poderemos abrir estes cargos.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu pensava que a Secretaria já dispusesse destes números, destas informações.

O SR. SECRETÁRIO — Não, porque este cadastro só ficará pronto a nível de tabulação.

Então, nos propusemos em princípio a responder estas duas perguntas. Número de professores e quantos em cada um destes níveis.

Evidentemente que tínhamos a seguir, feita este aproveitamento dos níveis anteriores, para os atuais, quais as implicações que terão como resultado disso. Mas faria também a seguinte observação.

Tivemos que fazer um levantamento completo para verificar quais as reais implicações destas transposições, porque não podemos trabalhar apenas com os valores constantes desta tabela. Uma vez que todos os senhores sabem que sobre este valores há outras implicações. Por exemplo, no nível 16, temos 15.435 pessoas, há um acréscimo médio de 8,93 por cento. Tomamos todo pessoal de nível 16 e verificamos as vantagens decorrentes do acerto e observamos que uma média de 8,93, incidente sobre o vencimento fixo. Então, na realidade, o inicial de Cr\$ 1.850,00, corresponde a 2.015,00. Não podemos trabalhar para efeito orçamentário, com o primeiro valor e sim com o segundo. O pessoal do nível 17, vai aumentar 15,88 por cento; isto é, para um básico de 1.850,00, teremos 2.143,00.

O SR. ENÉAS FARIA — Isto aduzidas as vantagens de tempo de serviço,

e outras?

O SR. SECRETÁRIO — Exatamente. Isto é equivalente aos níveis 1.

Para o nível 18, já se eleva a 23,18 por cento. Então o inicial é proposto Cr\$ 2.603,00, vai para 3.206,00.

E o 19, em que há uma incidência de 38,58 por cento, do inicial de 2.603, vai para 3.607 cruzeiros, o pessoal que foi automaticamente para o nível 2.

Em decorrência dessa transposição do pessoal de nível 16 e 17, para o nível 1 e 18 e 19, para o nível 2, depois do aumento de 30 por cento, daria um acréscimo mensal, na folha da Secretaria de 9 milhões de cruzeiros, mensalmente, porque são 17.990 pessoas.

No nível 2, em decorrência do aproveitamento do pessoal do nível 18 e 19 para o nível 2 e 3, daria um acréscimo de 1 milhão e 500 mil cruzeiros. Isto aqui, deu para a Secretaria um acréscimo de 10 milhões e quinhentos mil cruzeiros. Dentro da reserva que nós tínhamos para a expansão da Secretaria, só poderemos dar este benefício a partir de agosto, o que vai representar para a Secretaria de agosto a dezembro de 1977, só nestas duas categorias, um acréscimo de 52 milhões e 500 mil cruzeiros. Acréscimo que não se refere a 78; só nesse ano de 77 estas duas transições demandaram a necessidade disto, sem considerarmos os 33 por cento que os Senhores aprovaram no aumento geral do funcionalismo do Estado. A partir destes aumentos, teremos este acréscimo nas folhas da Secretaria da Educação.

Pediria aos Srs. Deputados que observassem o número enorme de pessoas que temos que atender. Se tivemos 200 ou 300 não implicaria assim numa despesa tão grande como a que vamos ter. Mas, apenas na transposição destes níveis 1 e 2, dá este acréscimo de 52.500,00 nas folhas para este exercício.

O SR. ENÉAS FARIA — A partir dos níveis 3, 4 e 5 não haveria aumento?

O SR. SECRETÁRIO — O que ocorreria com os níveis 3 e 5? Se nós, agora, déssemos opção ao professor para que entrasse no nível 5, o que ocorreria? Ele passaria, então, com a opção, a ter necessidade de ficar com 22 horas de aulas. Evidentemente que muitos professores que hoje optaram pelo padrão de 10 horas, iriam novamente tomar a outros professores. Teríamos que fazer uma transposição completa em toda a distribuição de aulas suplementares. Isto talvez fosse um trabalho estafante, mas viável para a Secretaria. Mas o mais significativo em tudo isto é que demandaria num atraso tremendo na confecção das novas portarias de designação e provavelmente no pagamento dos professores. Nas melhores condições de trabalho, teríamos que atrasar, no mínimo, cinco meses para acertar tudo. Isto demandaria, em todos os 290 municípios do Paraná, a alteração de distribuição de aulas, confecção de novas portarias, revogação dos atos anteriores e nova distribuição. Então é daí que estabelecemos que os níveis 3, 4, e 5 passariam a ser a partir de março de 78 porque, a partir desta data, teria terminado a prorrogação das atuais tabelas e poderíamos fazer nova distribuição para o próximo ano. Não alteraria a posição de nenhum suplementarista, hoje, não alteraríamos a posição de ninguém que tendo 10 aulas pelo padrão, também tivesse optado por mais 12.

Agora, vou me antecipar, porque talvez os Senhores façam esta pergunta. Será que se em janeiro do ano que vem houver um aumento, este pessoal que vai ser enquadrado a partir de março, não vai sofrer com isto? Não! Porque tivemos o cuidado ao elaborar a Mensagem, dizendo o seguinte, no § 3º: "As vantagens financeiras decorrentes deste enquadramento nível 20 para 24, serão devidas ao valor atribuído aos níveis 3, 4 e 5". Se houver um aumento é evidente que aumenta toda esta tabela e as vantagens serão correspondentes aos níveis 3, 4 e 5.

O SR. ENÉAS FARIA — A previsão da Secretaria é esta?

O SR. SECRETÁRIO — Exatamente. Nem pode ser diferente.

O SR. ENÉAS FARIA — Prevendo que venha aumento em janeiro de 78 este incidirá sobre estes níveis?

O SR. SECRETÁRIO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Como é que faria incidir este aumento? Parece que a dúvida maior nesta Assembléia é exatamente esta. Como contemplar os níveis 3, 4 e 5, se a vigência é a partir de 01 de março, num aumento que possivelmente venha a ser dado a 01 de janeiro?

O SR. SECRETÁRIO — Vou me permitir ler aqui: "As vantagens financeiras decorrentes do aproveitamento dos atuais ocupantes do cargo de professor nível 20 a 24, serão devidas a partir de 01 de março de 78..."

O SR. ENÉAS FARIA — Até lá continuam recebendo pelo nível 24?

O SR. SECRETÁRIO — Ninguém está dizendo aqui que ele passará a perceber 5.135,00. Não está assim: a partir de março passa a perceber 5.135,00...

Está "... as vantagens financeiras decorrentes do aproveitamento..."

O SR. ENÉAS FARIA — Mas a Secretaria já está prevendo e deverá ficar prevenida [com relação a este aumento a partir de 01 de janeiro.

O SR. SECRETÁRIO — Entendo bem a sua atitude e louvo-a.

Mas, essa preocupação também foi nossa. V. Exa. acha que se dermos um aumento geral, para o nível um, no tratamento que V. Exa. falou, o princípio é o mesmo.

O SR. ENÉAS FARIA — Não sei.

O SR. SECRETÁRIO — O princípio é o mesmo.

O SR. DENI SCHWARTZ — Em princípio, poderão os professores do nível 2, 3, 4 e 5, não a receber?

O SR. SECRETÁRIO — Em princípio, não. Se vier um aumento antes, prevalecerá.

O SR. RENATO BERNARDI — Estou pensando em outra coisa. Esses professores níveis 22, 23 e 24, passam ao nível 5, naturalmente, num regime de 10 aulas semanais, por padrão, e agora, num regime de 22 horas semanais por padrão. Eles podem optar pela permanência nas 10 horas?

O SR. SECRETÁRIO — Só tem uma coisa: se eles optarem, não terão os benefícios. Continuam dentro do Quadro Próprio do Poder Executivo, não irão para o Quadro Próprio do Magistério. Isso acontece também nas universidades, o Sr. é Professor universitário e sabe disso, eles adotam o mesmo princípio. Estávamos, na Universidade, num regime de 12 horas, fomos obrigados a optar para 20 ou 40. Se quiséssemos ficar no 12 não teríamos os benefícios do Quadro Próprio.

O SR. RENATO BERNARDI — Outra indagação: existe alguma previsão da Secretaria no sentido de esclarecer a opinião desses professores, nesse segundo semestre?

O SR. SECRETÁRIO — Existe. Mas, agora vou confessar o meu receio.

Gostaria que, antes, fosse aprovada a Mensagem, aqui na Assembléia, para depois esclarecermos. Porque, tenho medo que volte, outra vez, aquela acusação que eu tinha me adiantado à Assembléia. Não quero sofrer esse risco. Aprovada essa Mensagem, coloco a Secretaria à inteira disposição de quem quiser para darmos os esclarecimentos necessários.

O SR. RENATO BERNARDI — Aquele foi outro episódio.

O SR. SECRETÁRIO — A minha preocupação é que a Mensagem seja aprovada aqui, sancionada pelo Sr. Governador e publicada, no Diário Oficial.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Secretário, falamos em termos de segundo semestre.

Justificamos a nossa preocupação pelo seguinte: durante o segundo semestre de 77, creio que deve haver um certo esclarecimento, porque, de acordo com o preceito constitucional que impede a acumulação de cargos, nas cidades-chaves de região, em quase todas elas existem ou universidades, ou escolas isoladas. E quase todos os professores dos níveis 22 e 24, acumulam cargos também nessas escolas superiores. Com esse novo enquadramento de 22 horas semanais, muitos professores com dois padrões, irão dar 44 aulas. Conheço casos, nas universidades de Maringá e de Londrina, em que muitos professores, têm, ao lado do padrão do Estado, têm também na Universidade. Como ficarão esses professores?

O SR. SECRETÁRIO — Eles terão que optar, sendo continuam na situação que estão. Provavelmente, não haveria a possibilidade de gozarem dos benefícios do Estatuto, mas podem permanecer como estão, embora não gozem da reclassificação.

O SR. RENATO BERNARDI — Mas, o preceito da não acumulação não foi muito levado a rigor, no Paraná, e o pessoal está meio tranqüilo também, agora. Daí a razão desta indagação. Mas, falo em

termos de segundo semestre.

O SR. SECRETÁRIO — Faremos uma divulgação. Mas, Deputado, veja como a coisa é complicada realmente, porque havia, entre nós, professores que reclamavam por causa das 22 horas, dão nas universidades 44, então, o total é de 66 horas.

Eu estou colocando tudo isso para mostrar para eles...

O SR. RENATO VERNARDI — Mas não há segredo.

O SR. SECRETÁRIO — O Sr. veja como há. Acha que 22, quem está neste nível, vai entrar para o nível 1. Para ver como é difícil. Obrigado.

Bom, dada esta implicação, chegamos à conclusão com o Secretário de Finanças e Planejamento que seria viável para a Secretaria de Educação e Cultura optar por esta reclassificação. Eu voltaria ainda mais uma vez a frisar que esta suplementação é uma suplementação acima da outra que resultou do aumento de funcionalismo. Este é um dado muito importante.

Eu tomo a liberdade, mais a título de esclarecimento, por favor, gostaria de dizer que não se trata de fazer nenhum tipo de comparação, mas para dar alguns subsídios, já que é obrigação tê-los.

Questiona-se muito quanto a estes 1.850 cruzeiros. Nós temos que verificar o Estado num todo. Os Srs. sabem que os municípios têm também uma parcela muito grande da responsabilidade do pagamento dos professores. E os Srs. sabem que o município também tem dificuldades em poder atingir um determinado valor. É importante então que tenhamos também conhecimento da tabela paga pelos municípios. Só para que os Srs. tenham uma informação. Difícilmente nós encontramos um município que pague 1.200 cruzeiros aos professores municipais, e não podemos também criar esta disparidade muito grande entre o mesmo sistema estadual.

O SR. DENI SCHWARTZ — Existe algum município que pague 1.200 cruzeiros?

O SR. SECRETÁRIO — Acho que tem um.

O SR. RENATO BERNARDI — Em Maringá.

O SR. SECRETÁRIO — Maringá paga mais que isso.

O SR. DENI SCHWARTZ — Porque as normas da minha cidade são de 1.500 cruzeiros, mas, por 2 turnos.

O SR. SECRETÁRIO — Os Srs. vejam uma coisa. Tenho estes dados aqui de alguns municípios que têm convênio conosco. Por exemplo, Ponta Grossa. Esta, paga 1.059 cruzeiros para iniciar. Jacarezinho, 1.260.

O SR. DENI SCHWARTZ — Existe algum município onde ganham 1.500 cruzeiros que dê condições de garantir INPS...

O SR. SECRETÁRIO — Com o mesmo ônus do Estado. Inclusive o professor que ganha 1.260. Guarapuava, por exemplo, 700 cruzeiros. Pato Branco, 1.020, 1.030.

Bahia é um Estado que mais ou menos tem uma similaridade com o Paraná.

A Bahia, 1.351, e estes também, todos, depois do aumento, a aula é paga de 14 a 29 cruzeiros. A maior deles é quase equivalente à menor nossa aqui, que é 28.

Rio de Janeiro — isto na Capital — 1.780 para a Capital; para o Interior é bem menor. E aqui, vejam os Srs. Deputados, para 22 horas e 30 minutos;

Sergipe — a Capital Aracaju — 800;

Rio Grande do Norte — 770 cruzeiros e para 24 horas semanais, não 22. A aula ali é paga a 19 cruzeiros (vírgula) 06 centavos;

Minas Gerais — Capital Belo Horizonte — 1.230; no Interior é 1.080 cruzeiros mais ou menos;

Mato Grosso — 1.517 agora, depois do aumento, a partir de março, lá, e para 24 horas também;

Alagoas — 700 para 25 horas semanais;

Porto Alegre — 1.645 para 24 horas também;

Santa Catarina — 1.028, a partir do aumento.

O SR. RENATO BERNARDI — No Rio Grande do Sul existe diferença entre Capital e Interior?

O SR. SECRETÁRIO — Na Capital, me parece, ganham um pouquinho mais é municipal.

O SR. DENI SCHWARTZ — E estas 25 horas de Porto Alegre, ou 24...

O SR. SECRETÁRIO — São aulas. Inclusive o Secretário de Santa Catarina esteve comigo ontem quando me forneceu dados, ontem à tarde.

O SR. DENI SCHWARTZ — Nós perdemos para algum Estado?

O SR. SECRETÁRIO — Perdemos para São Paulo, que está a 1.900 cruzeiros.

Agora, outra observação que eu gostaria de fazer e que acho um subsídio de muito valor para os Srs. Deputados: os Srs. observem que uma normalista — é claro que todos os professores de todos os níveis têm o trabalho meritório — realmente porém, a normalista, ela tem o encargo de alfabetizar, que é muito grande. Então, nós tivemos a preocupação de procurar corrigir esta distorção com as normalistas.

Em 31 de dezembro de 1976, todos estão lembrados, elas ganhavam 1.070 cruzeiros, nível 16; em 01 de janeiro de 1977, com esta Mensagem que os Srs. aprovaram, do aumento, elas passaram a 1.430 cruzeiros. Houve uma composição de aumento, de 33,6 por cento; e agora, a partir de 01 de agosto de 1977, estarão passando a 1.850, havendo, daqui para cá, um novo aumento de 29,3 por cento.

Se considerarmos dentro do ano, o aumento foi de 72,8 por cento, o que não houve em nenhuma outra categoria funcional.

Então o que eu observaria aqui, até para argumentação dos Srs., é que a categoria que teve dois aumentos durante um exercício, que nenhuma outra categoria funcional teve, foi a das normalistas!

Também os Srs. sabem, que o quadro próprio do Estado, do Poder Executivo vai do nível 1 ao nível 30 e, o nível 30, o maior vencimento é de 4.423 cruzeiros. O maior nível é Cr\$ 4.423,00. (Procede de explicação em gráfico).

Voltando, no quadro próprio do Executivo, nós vamos ver que vamos do nível I ao nível XXX. O maior vencimento é de Cr\$ 4.423,00. Mas os Senhores sabem que não tem ninguém no nível 30; o maior nível ocupado hoje no Estado, é o nível 28, que portanto, é menos do que Cr\$ 4.423,00. Então, nenhuma categoria funcional no Estado, com curso superior de 5 anos, 6 anos, médico, engenheiro, advogado, dentista, não chega ao vencimento que tem o professor com licenciatura plena. E com mais um agravante ainda — quantas horas o quadro próprio exige aqui? Trinta e seis horas semanais, o funcionário é obrigado a dar para ter direito à percepção desse vencimento. Quanto que aqui nós estamos dando a opção com 22 horas.

O SR. DENI SCHWARTZ — O professor tem a sobrecarga posterior às aulas.

O SR. SECRETÁRIO — Vamos dizer que seriam 36 e 36, não seria igual em vencimento.

O SR. DENI SCHWARTZ — Correto.

O SR. SECRETÁRIO — E com agravante ainda, o Sr. observou aqueles percentuais que incidem que é muito maior. Então, hoje, um professor que tenha dois padrões nível V, se ele já tiver determinado número de anos, pode ganhar até treze, quatorze mil cruzeiros.

O SR. DENI SCHWARTZ — A verdade é que esse nível 28, 30 que não está sendo ocupado, para o pessoal que realmente trabalha, os engenheiros que realmente trabalham no Estado, contratados pela CLT, um engenheiros do DER, está com 25 mil cruzeiros. Os médicos trabalham uma vez por semana, um dia por semana, duas horas por semana.

O SR. PRESIDENTE — Termina os dois anos de licença sem vencimentos, abrir mão e voltar...

O SR. DENI SCHWARTZ — A verdade é que está se derivando; se nós fôssemos honestos, teríamos que ver que esses valores estão sendo deturpados, esses do quadro próprio do Estado, porque as autarquias, na verdade, por exemplo, contratam pela CLT, um motorista no Estado ganha 800, 900 cruzeiros, passa a ganhar, o mesmo motorista...

O SR. SECRETÁRIO — O Senhor me perdoe, mas, o senhor observe o seguinte — tanto nós do Executivo como os Legisladores, temos que observar o Estado todo.

Nós vamos, evidentemente, se encontra nesta posição que é uma situação de fato, nós também vamos ter uma outra situação de fato que é permissível esta comparação. E esta argumentação, por exemplo, eu acho que ninguém mais do que eu, como Secretário de Educação, teria, como estou fazendo, defender esta situação. Mas tenho que

reconhecer também esta posição que é dada para outros profissionais liberais.

O SR. DENI SCHWARTZ — Secretário, a minha preocupação, eu concordo e acredito que o Estado não possa pagar mais e, a minha preocupação é a nível de economia para o Estado, até brasileira. Porque aí estamos achando uma solução, Cr\$ 1.850,00 pelo menos, não se poderá argumentar que uma professora de nível primário, ganha menos do que uma doméstica.

A 1.800,00 é o que ganha, aproximadamente, uma doméstica hoje, se levamos em conta...

O SR. SECRETÁRIO — É evidente que ela fez por ganhar isto. Mas, na verdade, ninguém ganhará, no Paraná, menos do que dois mil cruzeiros.

O SR. DENI SCHWARTZ — Doméstica, ganha nesta ordem. É só pegar a "Gazeta do Povo" e ver propostas para domésticas...

O SR. SECRETÁRIO — É evidente que ela fez por merecer, porque ela está recebendo em função do tempo de serviço.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agora, se permite V. Exa., perguntaria o seguinte: — Não existe nenhuma doméstica superior à professora. Mas não é este o problema, eu concordo pelos dados mostrados que não se possa pagar mais. Agora, o que preocupa e, o Senhor levantou, o que preocupa é que esta professora que vai ganhar Cr\$ 1.850,00, vai trabalhar ao lado da professora do município que, se estiver em Curitiba, ou municípios citados que ganharão Cr\$ 1.200,00, mas que, provavelmente, porque há, infelizmente, no Ensino do Paraná, existe um problema sério para a Secretaria, eu concordo que seja bastante sério. Os municípios mais novos e mais pobres estão arcando com um maior número de professores que os municípios mais antigos e mais ricos, porque não houve concurso. Então os municípios que agora se implantaram estão aguardando...

O SR. SECRETÁRIO — Mas o Estado está reconhecendo isso, está inclusive, fazendo todo o esforço possível para corrigir estas distorções. Os Senhores sabem, nós temos um programa, sendo que uma das metas das atividades da FUNDEPAR, o chamado "Auxílio à Rede Municipal de Ensino", auxílio este que é dado indiscriminadamente aos 290 municípios do Paraná. Dentro de um critério, é claro. E qual é o critério, uma média ponderada onde entra: número de professores cedidos pelo município; número de professores que tem o Estado, e este critério, procura corrigir, isso em parte, porque esses auxílios também não são grandes, mas estamos fazendo um esforço tremendo...

O SR. DENI SCHWARTZ — São 735 cruzeiros por ano, por professora.

O SR. SECRETÁRIO — É. Em 1974, foram entregues 12 milhões 500 mil cruzeiros aos 290 municípios.

Em 1975, nós elevamos para 25 milhões de cruzeiros. Em 1976, conseguimos pagar 34 milhões de cruzeiros.

O SR. DENI SCHWARTZ — Na Mensagem do Sr. Governador tem esses dados, eu calculei, dá 735 cruzeiros por professor por ano.

O SR. SECRETÁRIO — Em 1977, nós estamos já em nosso Orçamento com uma previsão de 42 milhões de cruzeiros, e ainda mais: esses recursos que são transferidos sempre em setembro ou outubro todos os anos; conseguimos em 77, já antecipar a liberação para os municípios de uma parcela. E o Estado realmente, está se adequando com um mecanismo que possa ajudar a corrigir essas distorções.

O SR. PRESIDENTE — Só, com permissão do Sr. Secretário, pedindo licença para o Professor Bernardi, no tocante à carga horária que aqui se falou, se nós tomássemos por base, uma carga horária de 36 horas, horas semanais, e levando em consideração que qualquer outro funcionário público, teria um mês de férias por ano, trabalha 11 meses e teria uma carga horária mensal, nestas quatro semanas de 1.574 horas; ao Professor seria permitido 704 horas, quer dizer menos da metade da carga horária do funcionário. Pergunto como se estabeleceria...

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu perguntaria então, quanto ganha uma mulher, advogada do Estado, e quanto ganha um Juiz. Quando um Juiz ganha cerca de 19 mil cruzeiros; tendo direito a férias etc. Aí parece, que o problema sério é a economia do Estado que não pode pagar mais. E não é só do nosso Estado.

Mas o Ensino que é a parte mais importante de todo o Estado, como

é que fica? O Senhor falou há pouco, Dr. Borsari, sobre, quer dizer, o Sr. pôs um condicional aí, que eu gostaria de um esclarecimento, mesmo porque, eu sou radicalmente contra a tal de "disposição de outros órgãos". Quem pode mais pede menos, porque o Estado, as Assembléias e tal ...

O SR. SECRETÁRIO — Se V. Exa. ler o Artigo 108, observa que o professor — e Deputado, aí nós temos que levar em conta, evidentemente, não é culpa da atual administração, nem das anteriores, mas nós temos que observar determinadas situações que podem não ser interessantes a volta do professor ao ensino: uma pessoa que está há 20 anos fora da sala de aula, não posso exigir, que retorne às aulas. Há casos como este, V. Exa. sabe como é. Então, daí o cuidado que todos nós temos no Estatuto, no Artigo 108, que diz que num prazo esta pessoa poderá optar pelo seu retorno. Caso contrário, ela será readaptada numa outra função administrativa.

O que precisa tirar e é isso que eu quero é aquela imagem de que tem tantas mil pessoas quando na realidade muitas não estão naquelas funções. Sabemos que temos tantas menos "x". A partir daí teremos essa definição. A senhora não vai ser mais professora, vai ser datilógrafa, vai ser contadora etc.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. tem o humilde apoio deste Deputado.

O SR. SECRETÁRIO — Obrigado. É por isso que se pede 90 dias de prazo para isso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — V. Exa. mencionou há pouco a questão dos valores que estão sendo pagos pela Prefeitura; e isto é decorrência, evidentemente, da falta de concurso já há alguns anos existe uma perspectiva para o concurso?

O SR. SECRETÁRIO — Foi uma pena não ter contado com a participação de V. Exa. no início de nossa palestra, quando falei sobre o número de vagas. Neste quadro inicial, eu disse que tinha que analisar a mensagem sobre dois aspectos, quantos eu colocaria em cada uma das posições e quanto poderíamos pagar a cada um desses níveis. E respondi, e desenvolvi todo o meu raciocínio, para responder estas duas perguntas.

Para responder a primeira, fiz esta exposição, levantamos quantas pessoas são possíveis de hoje ocuparem estas posições, e quanto nós deveremos então criar.

Então, vejamos este primeiro quadro. Nós temos 17.000, cargos, se todos voltarem.

E no quadro atual, contamos com 24.488 pessoas passíveis de aproveitamento e criamos 21 mil cargos a mais.

O SR. IGO LOSSO — Há condições de realização do concurso?

Só depois de fazermos este levantamento, depois que tivermos esta avaliação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Secretário, sobre este assunto aí, transformadas 21.700 vagas criadas. Em número de aulas, em número de aulas, 477.500 aulas. Qual o número de aulas suplementares que são pagas pelo Estado?

O SR. SECRETÁRIO — Deputado, V. Exa. não poderia fazer este raciocínio, porque nestes números aqui estão incluídos especialistas em educação: são diretores que não dão aulas, supervisores, orientadores educacionais.

O DR. DENI SCHWARTZ — De qualquer maneira, a pergunta é no sentido de se esse número de vagas abertas iriam absorver mais ou menos o número de suplementaristas.

O SR. SECRETÁRIO — Acredito que não, porque teremos que utilizar muitos especialistas em educação. E de qualquer maneira nem é conveniente que isso ocorra, numa das primeiras etapas, porque o senhor sabe que nosso Estado está sofrendo ainda uma influência muito grande de migrações.

Temos exemplo de algumas regiões com muita pouca frequência com diminuição de turmas. Podemos, então, deixar uma margem de segurança para não criar dificuldades ao professor.

O SR. DENI SCHWARTZ — Quer dizer que este número de vagas abertas não irá suprir totalmente?

O SR. SECRETÁRIO — Não. E também não lhe posso dar matematicamente este resultado. Só depois de um levantamento completo,

a nível de professor a professor e sabendo por qual regime vai optar.

O SR. MUGGIATI FILHO — Senhor Secretário, só queria tirar uma dúvida. Essas aulas extraordinárias estão sendo pagas em dia pela Secretaria, pelo Governo?

O SR. SECRETÁRIO — Como os senhores sabem, temos 290 municípios no Estado e há uma dificuldade enorme entre o recebimento de todos os boletins de frequência, o processamento dos mesmos pela DDF e posteriormente a elaboração da folha de pagamento pelo grupo financeiro setorial da Secretaria. Depois desta tramitação toda, de conferência dos boletins de frequência, com o fechamento pela CELEPAR, isto tudo é mandado à rede bancária que faz o pagamento. Há ainda a unificação que se está fazendo através do serviço financeiro, pois hoje a identificação é feita pela RG, para que todas as fontes pagadoras caíam numa mesma folha e ainda estamos procurando acertar as posições irregulares que podem haver. Hoje o funcionário é identificado por RG e não há possibilidade de duas entradas numa mesma folha. Todas as fontes pagadoras, hoje, entram pelo mesmo RG, então se identifica cada funcionário do Estado e se todas as acumulações são legais ou não.

Em regra, até o dia 10 do mês seguinte, o professor está recebendo nos 290 municípios. Houve algum atraso com relação aos pagamentos da professora que ministrou um segundo período em que recebia 50 por cento. Mas até maio estará regularizado em todo o Paraná. No restante, só casos muito específicos, casos esporádicos, quando há uma divergência com relação ao boletim de frequência, mas, fora disto, não há município hoje no Paraná, que deixe passar o dia 10 para receber o mês anterior.

O SR. MUGGIATI FILHO — Foi uma comunicação que me fez um vereador de Arapongas.

O SR. SECRETÁRIO — Já existe este caso que falei para os senhores.

Como eu precisava da suplementação para pagamento de aulas extraordinárias, que são aquelas que optam por dois períodos, estou agora, no mês de março, pagando um determinado número de professores, em abril outros e em maio estará solucionado. Em Arapongas e Apucarana ocorreram estes casos, em função de dificuldade de suplementação que tive no orçamento. Mas não diz respeito ao pessoal com aulas extraordinárias da 5a. e 8a., séries, é da 1a. à 4a. série mesmo. Agora, em abril, já está 90 regularizado, no mês de maio, estará o restante. E além do fato de termos dificuldades de ordem de suplementação, temos também dificuldade no encaminhamento das frequências. Foram esses os fatores que criaram problemas nesses dois municípios.

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI — E com referência ao atraso dos professores que substituem suplementares?

O SR. SECRETÁRIO — O atraso dos que substituem as aulas suplementares, esse, é, realmente, algo que ainda não podemos resolver, a despeito de todo o mecanismo que existe na Secretaria, não depende de nós, porque exige uma análise, pela Central, de aulas suplementares, exige a publicação da portaria que substitui, para depois implantar-nos ao DDF. Então, realmente, com todo o mecanismo que a Secretaria possui, não podemos superar. Porque, enquanto não for publicado no "Diário Oficial" a portaria, o DDF não pode implantar. Porque, inclusive, no caso de licença, por motivo de saúde, do professor, tem que constar também o laudo médico. Fisicamente, isso é impossível superar.

O SR. RENATO BERNARDI — O nível 1, antigo 16, que, por portaria de 31 de dezembro de 1976, ganhava um mil e 70 cruzeiros, em agosto ele vai para um mil e 850, com aumento de 72 por cento. Mas, a posição dele de 1-1-77 para 1-8-77, o aumento é de 29,30 por cento.

O SR. SECRETÁRIO — Certo.

O SR. RENATO BERNARDI — O nível 24 não teve aumento nenhum, — porque passa para o nível 5.

O SR. DENI SCHWARTZ — Teve um decréscimo de 40 centavos.

O SR. RENATO BERNARDI — Fiz o cálculo: o nível 24 percebe 3 mil e 105 cruzeiros mensais, por 10 aulas semanais. Se der mais 12 aulas suplementares, para complementar as 22, em 4 semanas e meia, vai dar 54 aulas mensais. Então, 54 vezes 37,6 ...

O SR. SECRETÁRIO — O Sr. calculou sobre o maior nível.

O SR. RENATO BERNARDI — Claro, licenciatura plena para poder ser

nível 24, caso contrário seria nível 22. Então, a 37,60 a aula, o professor iria receber 2 mil e 30 cruzeiros e 40 centavos que, somados aos 3 mil e 105 cruzeiros, daria 5 mil e 135 cruzeiros e 40 centavos.

O SR. SECRETÁRIO — Certo. Ele não teve vantagem financeira, mas, pelo menos teve o seguinte: a primeira coisa — porque a verdade é que não existe em nenhum Estado deste País, professores que dêem apenas 10 horas semanais — o menor número de horas-aula que encontramos, no País, foram 18 horas. Ninguém dá, por padrão, apenas 10 aulas. E isso está dificultando, inclusive, uma melhor remuneração. Então, não houve nenhum aumento. Mas, em contrapartida, o professor reclamava muito que essas 12 aulas poderiam, ou não, lhe serem concedidas no ano seguinte. Ele passou a ter essas 12 aulas. Agora, ninguém mais lhes tira. Ele tem 22 aulas semanais. Essa é uma vantagem.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Qual é a primeira vantagem?

O SR. SECRETÁRIO — Pelo padrão o professor tinha 10 aulas semanais, podia ter 12 aulas suplementares, mas, poderia ocorrer que, no ano seguinte, essas aulas lhe fossem tiradas. Hoje, não, ele passará a ter sempre as 22 horas, porque o padrão lhe dá esse direito. Esse é um benefício. Se ele não estava seguro, agora está.

O SR. RENATO BERNARDI — Só nesse primeiro benefício: no primeiro sistema de 10 aulas, já havia em algumas unidades escolares áreas que estavam totalmente saturadas. Por exemplo, no meu Colégio de origem, Gastão Vidigal, a área de Ciências Sociais estava totalmente saturada, então não havia nem aula de padrão para 10 aulas semanais para os professores de Geografia e de História. De modo que um ia para a Chefia do Departamento, outro para Manutenção, outro para Tesouraria da Fundepar.

Quer dizer ... dá-se um jeito para poder. E quase sempre quando o professor ia para fazer concurso ou para História ou para Geografia, era empurrado depois ou para Moral e Cívica ou para OSPB para poder preencher a carga horária. Com as 22 eu quero ver como é que vai ficar.

O SR. SECRETÁRIO — O próprio Estatuto diz que somos obrigados hoje, pela Lei 5.692 a estabelecer os complexos escolares. Por exemplo, o Colégio Estadual não tem mais aula de matemática, vamos supor, mas o Colégio Tiradentes faz parte do complexo estadual do Paraná. Ele vai dar aula no Tiradentes, o 19 de Dezembro faz parte do complexo estadual do Paraná. Então, a nível de complexo não haverá mais problema.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Então a primeira vantagem seria esta?

O SR. SECRETÁRIO — Exatamente. Mostrei aqui, nós não podemos raciocinar em termos de vencimentos fixos. Temos que raciocinar em termos de percentuais. No nível 5, há uma incidência que vai de 7,48 até 13,9 por cento.

Há uma incidência deste percentual sobre o total. Não mais só sobre 3.015,00 cruzeiros.

Os níveis 22, 23 e 24 têm uma incidência que vai de 7,48 até 13,90 e 14,75. Então a incidência agora é sobre este total.

O SR. RENATO BERNARDI — Vou fazer o papel agora de "Advogado do Diabo". Qual a diferença de descontos que existe entre a parte padrão e a parte de aulas suplementares?

O SR. SECRETÁRIO — Ele paga também e de qualquer maneira ele incorpora na aposentadoria também. É um benefício.

O SR. RENATO BERNARDI — Estou fazendo esta colocação porque me parece que a posição dos órgãos da CLT estão reclamando uma maior profissionalização do Magistério Público, então eles argumentam em termos do dinheiro que entra no bolso no final do mês.

O SR. SECRETÁRIO — Eu estou dando estes dois argumentos que acho que são válidos.

O SR. RENATO BERNARDI — Eu estou apenas numa situação até ingrata frente ao Secretário, colocando-me na posição de "Advogado do Diabo".

Eu queria levantar um problema que levantei na Assembléia e foi para a Secretaria de Educação.

Uma denúncia que recebemos de um vereador de Maringá. E acho que diz respeito a isto.

Em algumas escolas, segundo estas denúncias, estaria sendo tratado o problema de matrícula dos alunos matriculados de forma discrimi-

natória. Porque algumas direções estariam forçando matrículas da segunda à oitava série, por prometerem aos professores aulas suplementares.

Não estariam restringindo matrículas de 1a. à 4a. série. E mais ainda, estaria havendo ainda, inclusive, nestes estabelecimentos, uma divisão do magistério em categoria "a" e categoria "b" por conta deles.

Quer dizer, categoria "a" seriam os mais privilegiados, que ficariam da 5a. à 8a. série com aulas suplementares. E a categoria "b" ficaria com o encargo mais pesado, que seria exatamente o da alfabetização, que nem sempre o pessoal está melhor preparado para isto.

O SR. SECRETÁRIO — Deputado, nós recebemos sua denúncia e mandamos fazer uma verificação. Está sendo feita, na sua cidade, para que não haja isto.

O SR. RENATO BERNARDI — Eu tenho a impressão que o caso não é de Maringá.

O SR. SECRETÁRIO — Eu sei. Mas como foi citado o caso específico, nós mandamos verificar.

Nós tínhamos esta preocupação, anteriormente, tanto assim que nós determinamos e foi feito isto, desde 1975, o que nós chamamos de Chamada Escolar, para, justamente evitar situações como estas.

Então, o que significa Chamada Escolar?

— Nós levantamos, com o auxílio da Prefeitura Municipal, em todo o município, uma prévia de matrícula de alunos que devam ir a nível de 1a. série, de 1o. grau. Com esta prévia nós já temos um indicativo de quantas turmas cabem no estabelecimento de ensino; então, com estes indicadores nós temos condições de verificar o estabelecimento que tinha, ou não, atendido estas necessidades.

Então, desde 1975 nós estamos procedendo assim, e isto, nós, checando estes valores que temos da Chamada Escolar, com o número de turmas, estamos verificando "in loco".

Agora quanto ao aspecto de sobrecarregar um professor em função de outro, ele está totalmente garantido por aquelas situações que dão a prioridade, em função de tempo de serviço, de habilitação, do que nós não fugimos, cuidamos rigorosamente disto.

O SR. ENÉAS FARIA — Secretário, só alguns aspectos agora mais de ordem legal, mas que eu confesso, não estudei.

Secretário, a Lei Complementar, a Lei do Estatuto, estabelece um prazo para a sua regulamentação, para expedição de atos complementares; parte disto foi atendida, com a remessa desta mensagem mas, me parece, existem alguns aspectos que necessitam de regulamentação. Isto não foi editado pela Secretaria?

O SR. SECRETÁRIO — Não foi, mas nós estamos já trabalhando, estamos aguardando. Eu disse ao Deputado, nós precisamos, e, acho que tanto é uma preocupação dos Srs. legisladores, quanto nossa, que, nós possamos nos assegurar daquilo que estamos fazendo e, há certas providências que só podem ser tomadas depois que tivermos exatamente um posicionamento de ocorrências em função das leis; então, somente depois que nós tivermos as posições, as fixações com números corretos é que nós poderemos tomar as medidas complementares. Agora, duas básicas foram tomadas: essa mensagem, e a do Secretário dos Recursos Humanos, com o edital em tempo hábil.

Nós tínhamos pedido 120 dias para a regulamentação e esta Casa entendeu alterar para 90 dias — embora no dia 13, nós chegamos a tempo.

Mas estamos estudando já, isto.

O SR. ENÉAS FARIA — Considerando que ainda se gasta algum tempo para evitar estes atos e regulamentar; considerando que entre esses, há alguns dispositivos de lei que só serão aplicados a partir de agosto deste ano e março de 1978; considerando que este remanejamento todo, necessitará ultimar informações, que a Secretaria trabalha nisso, na verdade, embora se tenha iniciado o trabalho, se tenha o Estatuto, o Estatuto será implantado, na verdade, e exercitando dentro de dois anos aproximadamente.

O SR. SECRETÁRIO — O Sr. em permite que discorde?

O SR. ENÉAS FARIA — É uma indagação.

O SR. SECRETÁRIO — Então eu pergunto: o acesso, o aproveitamento do pessoal nesse nível, essas melhorias salariais, esses benefícios que estamos dando, o Sr. não entende que há uma implantação do Estatuto?

O SR. ENÉAS FARIA — Não deixo de reconhecer que parte está atendida.

O SR. SECRETÁRIO — Porisso tivemos o cuidado de colocar no artigo segundo, como providência inicial para execução ...

O SR. ENÉAS FARIA — Um outro aspecto é com respeito ao especialista em educação, que me parece tão importante, quanto ao professor. O especialista, orientador, diretor, supervisor, na lei complementar se estabelece, em determinado momento, que, enquanto não implantada a lei, se usaria de determinado processo para preenchimento desses cargos. O Governador vetou e o veto foi mantido. Portanto, permanece o critério atual para preenchimento desses cargos. Critério que não tem sido a gosto creio da Secretaria, do Secretário, da área política e da área governamental, porque o que se pretende mesmo é profissionalizar e, hoje, este tipo de coisas tem sido feito até mesmo com certa conotação de ordem política ou coisa assim. Na lei que chega agora se pede mais um prazo para regulamentar este enquadramento. Não se fixa este prazo.

O SR. SECRETÁRIO — Realmente Deputado, não poderíamos fixar ...

O SR. ENÉAS FARIA — Permita-me que seja leal e honesto. O que se tem é que esses cargos de direção, orientação, supervisão, que hoje poderiam ter conotação política, politiqueria ou eleitoral, na sua indicação, com a sua não implantação, não vigindo o Estatuto no que se refere a isto, primeiro não estariam atendidos estes elementos qualificados, não estarão atendidos nas suas vantagens financeiras e outras. Segundo, nós estaríamos permitindo a perpetuação da situação atual.

O SR. SECRETÁRIO — Deputado, quem sabe pudesse responder a essa indagação.

Mas, eu acho que se houvesse essa intenção, não teria criado 10.700 cargos.

Agora, confesso ao senhor que, enquanto não tiver o levantamento completo, não tiver a opção desses 24.448 ocupantes desses cargos, não poderei fazer um trabalho sério que atenda os interesses da educação.

Acho que então, basicamente, fica explicitado o interesse do Governador do Estado em aceitar esta situação, quando criou 10.700 cargos que são suficientes para atender a educação, no que diz respeito ao especialista de educação. E, segundo, somente depois que tivermos prazo mencionado pelos Recursos Humanos, do nível 20 a 24, com as opções, é que poderemos fazer um trabalho sério para fazer o preenchimento dos especialistas de educação.

O SR. ENÉAS FARIA — Preocupo-me com o prazo. A Secretaria não tem previsão. Mas, se formos nos basear no projeto que está aqui, só seria possível a partir de março do ano que vem.

A partir de março seria implantado e haveriam as decorrências. Então, nós gastaríamos, a Secretaria gastaria alguns meses do ano que vem, de março até julho, agosto, para definir a situação; e, a partir de agosto, então, se efetuará o preenchimento desses cargos.

O SR. SECRETÁRIO — Deputado, para um trabalho correto, preciso, não há condição de uma realização anterior; isto em decorrência de medidas anteriores.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Secretário, acredito que a preocupação do Deputado Enéas Faria seja válida, porque, na justificativa do Sr. Governador aos vetos ao Estatuto, ele se apegou muito à impossibilidade da volta da lista tríplice, inclusive, reivindicação de Deputados da própria Arena. E lá ele dizia não poder abrir mão do direito de nomear pessoas de sua confiança etc. Chamou muita atenção, dando a impressão que, na verdade, apesar de criados os cargos, que não há interesse político em implantar.

Isto está escrito na justificativa do Sr. Governador ao veto da lista tríplice por sinal ...

O SR. ENÉAS FARIA — Se me permite complementar, colocaria o Secretário e a Secretaria até mesmo numa situação difícil de pressão, porque ninguém que está aqui, eu creio, faria isso.

Mas poderia ocorrer que elementos interessados exercessem esta pressão, porque o preenchimento desses cargos, Direção, Supervisão, etc., se dará na véspera de uma eleição.

Isso seria bom até, no caso, de se fazer uma aplicação correta.

O SR. SECRETÁRIO — O Artigo 117 a que o senhor se refere, foi vetado considerando, que é o próprio projeto de lei do Estatuto que prevê instituição de carreira para o pessoal especialista do Magistério, conforme estabelece a Lei Federal 5692.

Então, nós centramos a nossa justificativa do veto, porque nós estamos prevendo uma carreira. (Lê artigo 117).

“Considerando que o próprio Projeto de Lei do Estatuto que prevê a instituição de carreira para o Professor especialista do Magistério, conforme preceitua a Lei Federal 5692 que modalidade de provimento expresso neste sentido, contraria o contexto do projeto”.

O SR. DENI SCHWARTZ — E ele se não me enganava, fala em lista tríplice, que poderia abrir mão de poderes de nomeação.

O SR. SECRETÁRIO — Mas a idéia básica é essa. Agora Deputado, se me permite, se nós tivermos esta dificuldade a que se referiu, pelo menos, é um passo que tivemos que dar, e somente, depois de vencidas estas dificuldades, é que poderemos ter com segurança, superado todos esses obstáculos.

O SR. PRESIDENTE — Sr. Secretário.

O Senhor não tem uma idéia se é que já houveram algumas opções, percentualmente quantos professores estariam já optando para a carreira de especialista. Parece-me que a carreira de especialista de Educação, realmente, em relação às vantagens do Professor, não oferecerá nenhum atrativo para o Professor, para optar.

O SR. BORSARI NETO — Oferecerá porque ela começa no nível 3 e vai até o 5.

O SR. ENÉAS FARIA — Então, nós teríamos aí 15 mil professores suplementaristas, destes 15 mil, cerca de nove mil, sem qualquer vínculo com o Estado. Com o aumento de 120 por cento da carga-horária, considerando que se enquadrarão 10 mil professores, desde que enquadrados, tendo um aumento, passariam a lecionar cerca de 1 milhão e 400 mil aulas — ano, desapareceriam as aulas suplementares?

O SR. SECRETÁRIO — Nós não teremos, de maneira nenhuma, condições de evitar aulas extraordinárias. Jamais teremos.

O SR. ENÉAS FARIA — Na prática. Mas, cotejando os números, não haveria necessidade delas.

O SR. SECRETÁRIO — O Sr. se esquece da exposição que estamos dando.

Hoje, estamos construindo 4 salas de aula por dia, incluindo sábado, domingo e feriados. Em 1.500 dias do atual período governamental entregaremos 6 mil salas de aula.

Afirmo isso com toda segurança, porque já estamos com 3 mil prontas e recursos deferidos para outras 3 mil.

Há uma expansão enorme. Agora, o que acho que compete à Secretaria de Educação e a de Finanças é ter uma certa precaução para evitar aquilo que se falou com relação ao professor que, muitas vezes, com 22 aulas não tinha condições de ministrá-las por falta de aulas.

Embora isso não tenha ocorrido no Paraná, poderá ocorrer situações em que haja, durante um determinado ano, redução do número de aulas, em relação ao ano anterior.

Então, sempre haverá necessidade de contarmos com número de aulas extraordinárias para atender essa emergência.

N'outro ponto, como há redução, poderá também haver aumento. Então, não teremos, de pronto, condições para contar com o professor efetivo, para essa necessidade.

Acredito, de sã consciência, que dificilmente poderemos suprimir totalmente a aula suplementar,

Mas, faremos esforço para reduzir ao mínimo indispensável.

O SR. ENÉAS FARIA — Um dos objetivos era esse, acabar com essa classe.

Porque, se hoje há um número para resolver esse problema, para se atender o crescimento futuro, há um número de cargos criados e que não serão preenchidos.

Serão objeto de concurso futuro. O próprio Estatuto prevê a realização periódica de concurso.

O SR. SECRETÁRIO — Seria ideal que pudéssemos colocar os números numa fórmula matemática e obter o resultado.

Mas, infelizmente neste setor não podemos.

V. Exa. conhece tão bem Curitiba. Nós fizemos a chamada escolar em Curitiba.

No início deste ano, apesar do número de salas de aulas que estão sendo construídas pela Fundepar, pela Secretaria e Prefeitura, tínhamos

22 mil alunos a nível de primeira série do primeiro grau, que se não

fossem medidas de emergência, não teríamos condições de atender, em Curitiba. 22 mil em janeiro deste ano, quando terminamos a chamada escolar, porque aquele expediente, como disse, estamos usando para corrigir o problema de só criar 5a. e 8a. série e não criar 1a. a 4a.

Assim, nos deu esta chamada escolar, a necessidade de 22 mil novas vagas em Curitiba em janeiro deste ano. A despeito de todas — V. Exa. sabe que nesses dois últimos anos, e não estou dizendo isto no sentido de enaltecer a Secretaria ou a Prefeitura. Mas, é uma realidade: nós construímos nestes dois últimos anos, no setor educacional, em Curitiba, o que construímos nos 10 últimos anos no setor educacional.

E mesmo assim, nós tínhamos no início do ano, a necessidade de muitas salas, aí a necessidade de ampliação de todos aqueles conjuntos que o senhor conhece: Araucária, Lapa, Paranaíba, Colônia Orleans.

Temos que fazer em 90 dias toda esta seleção.

O Paraná sofre, realmente, este tipo de variação deste período educacional e dificilmente teremos uma fórmula para equacionar esta expansão.

O SR. ENÉAS FARIA — Esses 22 mil crianças são em Curitiba?

O SR. SECRETÁRIO — Contamos com 65 mil alunos na rede estadual, sem contar a municipal que arca com um peso razoável. Mas estamos falando da 1a. à 4a. séries, sem contar a 5a.

Há outra agravante muito séria. Fala-se da 5692 e na 4024, mas isto se tornou complexo para a vida educacional.

A não ser os mais novos, os que são de nossa geração fizeram seus estudos pela 4024.

Fazíamos o grupo da 1a. à 4a. série, depois o ginásio, do 1.º ao 4.º ano.

Aí, então, tínhamos um pequeno entrave, ou seja, o exame de admissão.

Então ocorria que muita gente, ou não queria se submeter ao referido exame ou era reprovada e desistia.

Havia uma barragem.

Hoje é o contrário. Como a 5692 estabelece que o aluno vai da 1a. à 8a. série sem interrupção, verificam-se em alguns municípios alguns casos como este que vou demonstrar.

Na 1a. série havia um certo número de alunos, o qual foi diminuindo até a 4a. série, aumentando sensivelmente na 5a. série.

Ficamos preocupados, mas depois verificamos que muita gente que sofrera a barragem do exame de admissão e havia desistido de estudar, quando foi implantada a 5692 voltou à 5a. série.

Então, além desta implicação do número de alunos, tivemos implicação muito maior que causou transtornos na parte financeira.

Os senhores sabem que da 1a. à 4a. série a professora é polivalente.

Dá todas as matérias. Da 5a. à 8a. séries é preciso um professor para cada área.

Então esta é uma grande distorção que houve com relação ao efetivo e ao suplementarista.

O único dispositivo para corrigir a distorção, foi implantar o suplementarista para dar aulas da 5a. à 8a. séries.

E mais uma agravante. A despeito das dificuldades financeiras, das dificuldades de ordem física, estamos dando todo nosso esforço para que todo o Paraná entre na 5692. Estamos fazendo um esforço tremendo porque isto beneficiará o aluno.

Imaginem a dificuldade que temos com um aluno que está sob a 4024 e que é obrigado a acompanhar sua família para outro município onde já foi implantada a 5692.

Para cada aluno desses temos que examinar o currículo e enviar ao CEE para verificar se pode ou não entrar em determinada série.

O SR. DENI SCHWARTZ — Já houve constatação de que a 5a. série diminuiria com o tempo?

O SR. SECRETÁRIO — Já.

Temos cinco expansões.

A piloto, onde colocamos nove municípios em que já se implantou a 5692.

Esses já chegaram até a 8a. série de implantação.

Já houve regulamentação de implantação.

Agora, a expansão 1, também, mas as expansões 2, 3, 4 e 5, que são os últimos, ainda não.

Bem, se quisesse ir um pouco mais além, vemos que existem muitas dificuldades no 1.º grau.

Imaginem, no 2.º. porque, no 2.º. grau tínhamos o científico e o colegial ou clássico.

Não podíamos sair disso. Hoje, o 2.º. grau engloba tudo, e ainda as alterações em função da experiência que se vai ter.

Inicialmente, o Conselho Federal de Educação determinava que nas duas primeiras séries, houvesse, mais ou menos 50 por cento de matérias básicas e o mesmo em matérias profissionalizantes.

E depois, na última série, houvesse uma redução das matérias básicas e que entrássemos mais nas matérias profissionalizantes.

Houve uma dificuldade muito grande, porque se constatou que o pessoal que ia para as universidades, sentiam necessidade de mais conhecimentos das matérias básicas.

Esse Parecer do Conselho, foi reformulado, e faz com que, hoje, aumentemos as matérias básicas e diminuamos as profissionalizantes, para que o aluno possa vencer no vestibular.

E se aí ele tiver sucesso, dá-se-lhe duas opções: cria-se uma 4a. série do segundo grau, onde ele pode escolher uma educação profissional e saia como técnico em determinado setor; ou então, ele vai — e isso é mais difícil, estamos fazendo experiências — fazer a 4a. série numa indústria, ou num estabelecimento que mantém convênio conosco.

Pretendemos, portanto, fazer uma defasagem do 1.º grau.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sabe bem V. Exa. do empenho nosso na aprovação do Estatuto.

E no encaminhamento da votação da pretensão do Governo, pedimos aos professores que aguardassem a regulamentação, bem como sua sanção e aprovação.

Agora, estou com uma dúvida, e não sei como poder justificar perante os professores e gostaria que V. Exa. me desse uma orientação: o professor do nível 21, hoje tem o vencimento de 2 mil e 400 cruzeiros ...

O SR. SECRETÁRIO — Nobre Deputado, foi uma pena que V. Exa. não tivesse aqui no início, porque já fiz essa explicação exaustivamente, aos Srs. Deputados Renato Bernardi e Enéas Faria.

Não sei se seria conveniente repetir.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Permita-me apenas completar: o professor do nível 21, tem, hoje, o vencimento de 2 mil e 400 cruzeiros e tem o compromisso de lecionar 10 horas.

Agora, vai passar a lecionar mais 12 horas e vai ganhar 2 mil e 800 cruzeiros.

Terá, portanto, um aumento de apenas 400 cruzeiros.

O SR. SECRETÁRIO — Já foi explicado que, em função do número de pessoas que temos — não fiz essa pergunta ao Deputado Enéas — mas faço a V. Exa. e talvez encontre a resposta — dos apenas 377 professores que estão nesse caso, quantos, realmente, o Sr. acha que vai optar para esse nível?

Nenhum talvez.

A grande maioria deles opta para o nível, porque foram eles que tiveram uma exceção ao serem beneficiados.

Porque passaram para o nível 20 e 21.

Quase todos eles estão no caso do artigo 118, 119, 121 e 123.

O SR. PRESIDENTE — Acho que compete à Presidência agradecer ao Sr. Secretário de Educação e Cultura a forma tão democrática com que se dispôs a discutir com os Srs. Deputados aspectos da Mensagem 63/77.

Quero, em nome da Assembléia, desculpar perante S. Exa. pela ausência de alguns Srs. Deputados, neste debate.

Mas, há uma maneira de se corrigir isso. A Presidência determina ao Sr. Diretor do Departamento Legislativo que faça publicar, no "Diário da Assembléia", a palestra do Sr. Secretário, para que todos tomem conhecimento do que aqui foi discutido.

Em nome da Assembléia, mais uma vez, agradeço ao Sr. Secretário pela sua presença e lhe devolvo a palavra.

O SR. SECRETÁRIO — Queria apenas agradecer e queria fazer aqui uma pequena correção. Deixei de mencionar a presença do Diretor Geral da Secretaria de Educação e de duas renomadas planejadoras da

educação a quem nós devemos muito, neste trabalho que está sendo realizado, professora Gilda e Professora Ivete e que conhecem o assunto tão bem.

Estariam aqui mais no sentido de poder prestar mais esclarecimentos.

E fica aqui mais a afirmativa da Secretaria de Educação e Cultura a estas professoras pela sua disposição que sempre demonstraram e continuam à disposição para qualquer um dos Senhores Deputados, além

de nós também estarmos nesta condição, para qualquer esclarecimento que se fizer necessário, quanto à Mensagem, quanto ao Estatuto.

No mais eu quero, mais uma vez, agradecer esta oportunidade, porque, com os debates que aqui tivemos, com o que aprendemos também nas observações dos Srs. Deputados, só sai engrandecida a Educação do Paraná. E eu sei que esta é realmente a intenção e o desejo de todos os Srs. Deputados e também do Executivo.